

ISSN 2236-0476

PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA “ILHA DIANA” SANTOS/SP, QUANTO A ATIVIDADE DE PESCA E MEIO AMBIENTE

Giovanna Frederici de Mello¹, Admilson Írio Ribeiro², Thiago Hernandez³, Afonso Peche Filho⁴, Gerson de Araújo Medeiros⁵, Leonardo Fernandes Fraceto⁶ e Gabriele Cunha e Crespo⁷

Resumo: O presente trabalho traça o perfil dos moradores da comunidade pesqueira de Ilha Diana, Santos/SP, analisando a percepção a respeito de meio ambiente, atividade de pesca, poluição marinha e conhecimento sobre o Código de Pesca, ressaltando a importância da Educação Ambiental em comunidades pesqueiras, com o propósito de entender a relação homem e meio ambiente. Como metodologia foi aplicado um questionário onde os dados foram analisados por meio de frequência de classes percentuais com o intuito de entender a percepção dos pescadores sobre sua atividade e seu meio. Como consideração final destaca-se que existe pouca percepção da comunidade de pescadores sobre a poluição marinha e a atividade de pesca, assim como pouco conhecimento sobre meio ambiente e as leis da pesca no Brasil para a região estudada.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Código de Pesca, Percepção Ambiental.

Introdução

A pesca é uma das atividades mais antigas desenvolvidas pela humanidade. E essa relação do homem com os peixes, é tão antiga quanto à história.

No Brasil, essa atividade econômica, remonta à época colonial e desde então o Estado exerce uma administração pesqueira, através de leis, decretos e regulamentos, depois cria órgãos específicos para a atividade, culminando com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), extinto em 1989, quando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, passou a assumir suas funções.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, Campus Sorocaba. Sorocaba, SP. giovanna.frederici@hotmail.com.

² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, Campus Sorocaba. Sorocaba, SP. admilson@sorocaba.unesp.br

³ Centro Paula e Souza, ETEC, Assis, SP. thiunesp@hotmail.com

⁴ Instituto Agronômico de Campinas, Campinas, SP. peche@iac.sp.gov.br

⁵ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, Campus Sorocaba. Sorocaba, SP. gerson@sorocaba.unesp.br

⁶ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, Campus Sorocaba. Sorocaba, SP. leonardo@sorocaba.unesp.br

⁷ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, Campus Sorocaba. Sorocaba, SP. gabrielecrespo@yahoo.com.br

ISSN 2236-0476

A geografia generosa de grandes rios, afluentes e a sua área litorânea, sempre favoreceu a atividade no país, de modo que mesmo antes do descobrimento a pesca já havia se estabelecido entre os indígenas. Essas tribos nativas podem ser entendidas pela formação das comunidades caiçaras que ocuparam o litoral brasileiro. Mesmo com esse grande histórico é sabido que a atividade de subsistência não foi suficiente para evitar que ela seja realizada de forma predatória.

No Brasil, o IBAMA, órgão responsável pela fiscalização e controle das atividades pesqueiras, afirma que muitos pescadores trabalham de forma incorreta e, conseqüentemente, predatória. Entre os principais instrumentos legais para o controle da pesca no Brasil está a Lei Federal nº 7.661/88, que ordena o Gerenciamento Costeiro, e a Lei Federal nº 7.679/88, que dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, e o Decreto-Lei nº 221/67, que estabelece o Código de Pesca.

Em estudos elaborados por 1.360 especialistas em 95 países, a Avaliação Ecosistêmica do Milênio alerta para a situação da indústria pesqueira, que retira peixes do oceano mais rapidamente do que a capacidade natural de recuperação das espécies (FAO, 2000).

A degradação dos oceanos não é decorrente apenas das atividades de pesca predatória, e sim da união de práticas interligadas ao atual estilo de vida da humanidade. A natureza não é autossuficiente no remanejamento de resíduos, e mesmo assim o homem acumula lixo.

Frente a este cenário ambiental surge a necessidade de uma nova percepção da realidade, que tenha a manifestação dos princípios ambientais na educação, assim como na administração e na política (CAPRA, 1994).

O presente trabalho tem como objetivo avaliar as práticas de pescas, analisando a percepção a respeito de meio ambiente, atividade de pesca, poluição marinha e conhecimento sobre o Código de Pesca, ressaltando a importância da Educação Ambiental em comunidades pesqueiras.

A Ilha Diana, uma comunidade pesqueira, está localizada na área continental do município de Santos, entre as coordenadas geográficas Lat. 23°54'56.84''S e Long. 46°18'30.13''W.

A melhoria da qualidade de vida é uma responsabilidade conjunta entre a comunidade e os poderes públicos, entidades privadas, do cidadão e da sociedade como um todo. A sustentabilidade das ações e a potencialização das intervenções, pressupõem um comprometimento da comunidade diretamente atingida. Desse modo a conscientização sobre os danos causados pela pesca predatória com fins de amenizar o impacto, não é apenas benéfico para a natureza e os animais marinhos que estão sendo ameaçados com a prática, e também com o bem estar aos pescadores, que podem garantir a sustentabilidade, e a pesca com fins lucrativos sem maiores prejuízos.

ISSN 2236-0476



Figura 1- Foto de satélite retirada de < www.juicysantos.com.br/ >, acessado em: 20 de agosto de 2012;

Materiais E Métodos

Realizou-se a aplicação de um questionário estruturado aos moradores da Ilha Diana. A amostra foi composta de 15 indivíduos de ambos os sexos, com idade acima de 18 anos.

Para análise da Percepção do Ambiente, classificaram-se as palavras-chave encontradas nos discursos dos entrevistados, a respeito das concepções de meio ambiente, por meio das tipologias segundo Reigota (1991).

Posteriormente foram analisadas as informações coletadas, com o auxílio do aplicativo Bioestat versão 5 (Ayres), e foi feita análise descritiva por tabelas e gráficos.

Resultados E Discussão

Em relação à pergunta do questionário “Você sabe o que é pesca de subsistência?” (100%) dos entrevistados responderam não reconhecer o termo subsistência. Essa situação é vista também quando analisada a percepção sobre a pesca predatória, (53%) dos entrevistados afirmaram saber o significado do termo, porém a porcentagem de moradores da Ilha Diana que o desconhecem é ainda muito elevada (47%).

Sobre o conhecimento da legislação, o estudo retrata que apenas (60%) dos entrevistados tem conhecimento da legislação pesqueira. Esse resultado alerta a falta de informação dos órgãos gestores e despreparo dos pescadores em reconhecer as leis que regem a suas atividades realizadas, desde seus direitos e deveres assim como os principais instrumentos legais para o controle da pesca no Brasil, como a Lei Federal nº 7.661/88, que ordena o Gerenciamento Costeiro, e a Lei Federal nº 7.679/88, que dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, e o Decreto-Lei nº 221/67, que estabelece o Código de Pesca.

Notou-se também que (80%) dos entrevistados concordam com o código de pesca, acreditando que as leis são essenciais para que a atividade seja realizada corretamente. Os (20%) dos entrevistados que não concordaram alegaram as complicações que as regras impostas acarretam.

ISSN 2236-0476

Com relação a percepção do meio, a Tabela 1 representa as características segundo a tipologia das concepções de meio ambiente segundo REIGOTA(1991).

Categorias	Características
Naturalista	Meio Ambiente como sinônimo de natureza intocada evidenciam-se somente os aspectos naturais.
Globalizante	Relações recíprocas entre natureza e sociedade.
Antropocêntrica	Evidencia a utilidade dos recursos naturais para a sobrevivência do homem.

Tabela 1 – A tipologia das concepções de meio ambiente segundo Reigota(1991).

No trabalho exposto houve uma predominância da representação naturalista do meio ambiente (44,44 %), que remete o termo a visões do meio como a natureza e seus componentes e recursos, excluindo o ser humano como parte integrante, essa concepção está atrelada ao modelo tradicional de educação.

Palavra chave	Frequência	%	Tipologia
Natureza	4	22,22	Naturalista
Pureza	1	5,55	Antropocêntrica
Terra	1	5,55	Naturalista
Mar	2	11,11	Naturalista
Tudo em volta	2	11,11	Antropocêntrica
Poluição	1	5,55	Antropocêntrica
Preservar	3	16,66	Antropocêntrica
Floresta	1	5,55	Naturalista
Não sabe	3	16,66	
Total	18	100	

Tabela 2 - Concepção do termo Meio Ambiente dos entrevistados da amostra de pescadores da “Ilha Diana”, Santos/SP, segundo a tipologia Reigota (1991).

A concepção antropocêntrica (38%) citada pelos moradores da Ilha Diana não relaciona o social e o ambiental, mas reconhece as ações transformadoras da sociedade sobre os ecossistemas naturais, estabelecendo assim a interdependência entre os elementos bióticos e abióticos.

Com nenhuma expressividade (0%) no discurso uma visão social integradora, que reconhece uma relação recíproca entre a natureza e sociedade (tipologia globalizante).

Notou-se também que (16,66%) dos entrevistados não souberam responder a questão, afirmando a necessidade de abordar mais o tema.

Sobre a percepção do lixo no mar, notou-se uma falta de concordância nas respostas dos entrevistados, onde (67%) afirmaram que na atividade de pesca, muito do que vem na rede é descartado, contra (33%) alegam que na realização dessa atividade, não é realizado muito descarte.

ISSN 2236-0476

Essa discrepância nos resultados pode ser explicada pela diferença da prática em relação ao destino do pescado total que vem na rede de arrasto. Esses dados podem ser analisados na Tabela 3.

Muitos desses entrevistados (46,66%) alegaram aproveitar quase que totalmente tudo que vem na rede de pesca, com exceção do lixo. Outros (40%) afirmam que descartam alguns animais, como raias, por não possuírem valores comerciais e não servirem para a alimentação familiar.

Descarte	Frequência	
	Número	%
Joga fora	6	40
Aproveita	7	46,66
Não sabe	2	13,33
Total	15	100

Tabela 3 – Destino do pescado total

Quando indagados sobre lixo em redes de pesca, (87%) dos entrevistados afirmaram que vem muito lixo na rede, e (13%) alegam que não vem muito lixo na rede, porém na conversa posteriormente a pergunta, os entrevistados que responderam que não vem muito lixo, afirmaram a presença desse, no entanto não consideram em grande quantidade.

Conclusões

Os resultados encontrados na amostra, a respeito da percepção de Meio Ambiente, e conhecimento de termos como “pesca predatória”, “pesca de subsistência” apontam para a necessidade do desenvolvimento de um processo educacional, considerando a problemática ambiental e salientando as defasagens de aprendizado escolar, assim como o despertar da curiosidade da sociedade.

Foi relatada uma alta porcentagem dos entrevistados que desconhecem também o Código de Pesca, assim como suas leis mais importantes.

É de extrema importância ressaltar a percepção dos moradores quanto ao lixo no mar, e as providencias tomadas em relação ao pescado total que vem na rede de arrasto. Uma grande porcentagem alegou que vem muito lixo na rede de pesca.

Notou-se também que os pescadores desconhecem sobre o aproveitamento do pescado total, e muitas vezes descartam tudo que não precisam, acarretando na morte de muitas espécies de peixes e animais marinhos

Desse modo, ações ambientais que levem em conta as características de uso, assim como atividades que despertam o interesse sobre a temática ambiental na Ilha, poderiam esclarecer e desenvolvem mecanismos necessários que visam entender as relações entre os seres humanos e a natureza.

Agradecimentos

ISSN 2236-0476

Ao Aquário Municipal de Santos, que viabilizou esse estudo, aos pescadores da comunidade de Ilha Diana, ao professor Thiago, por acreditar nessa pesquisa e ao professor Admilson, pelas apreciações, meu muito obrigada.

Referências Bibliográficas

CAPRA, F. “A teia da vida” São Paulo: Cultrix, 1994.

FAO “Aspects of FAO’s policies, programs, budget and activities aimed at contributing to sustainable development”.Rome: FAO, 2000.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental .São Paulo: Brasiliense. 1991.